



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
DIVISÃO DE COMPRAS - DCOMP/CLC/CGAD/DLOG/PF

Edital nº 01/2026-DICOMP/CLC/CGAD/DLOG/PF

Processo nº [08200.013629/2025-31](#)

A POLÍCIA FEDERAL, por meio da COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO, torna público que realizará a **Audiência Pública nº 01/2026**, regidas pelas Leis n.º 14.133, de 01 de abril de 2021 e 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e em conformidade com o que consta do Processo n.º [08200.013629/2025-31](#), inicialmente por consulta pública, com sugestões que devem ser encaminhadas por escrito até o dia **20/05/2026** e, após, com sessão virtual de audiência pública, na data de **02/06/2026 às 10 horas (dez horas)** - horário de Brasília/DF, com os seguintes objetivos e formas de participação:

1. DO OBJETO

1.1. Trata-se da organização de uma Audiência Pública, com o objetivo ampliar o diálogo com o mercado e colher subsídios técnicos quanto à formação de preços e à forma mais adequada de contratação, contribuindo para o adequado planejamento da contratação pública.

1.2. Contratações de interesse:

1.2.1.

PROCESSO	OBJETO	QUANTIDADE	PARECER AGU
08200.013629/2025-31	aeronaves CESSNA GRAND CARAVAN EX, nova de fábrica, capacidade de ocupantes para 2 (dois) pilotos e 9 (nove) passageiros. TR 94294107 e Anexos 94043843 e 76621092	02	143670466
08200010753/2025-45	Helicóptero monoturbina, novo de fábrica, modelo H125 (AS350B3e), considerando a configuração solicitada. TR 142841864 e Anexo 142848538	06	143728931
08200.013630/2025-66	aeronave KingAir 360 CER (B300C), de asa fixa baixa, bimotora e turboprop, nova de fábrica, com custo operacional médio adequado à classe de bimotores e turboprop, e capacidade para 2 (dois) pilotos e, no mínimo, 9 (nove) passageiros. TR 143070121 e ETP 143069807	02	143646596

1.3. Pontos a serem abordados:

1.4. Confirmar se o preço praticado é compatível com o mercado atual; caso não esteja, indicar a melhor forma de adequação e quais fatores justificam a cotação elevada.

1.5. Em conversas recentes com representantes dos fornecedores, houve manifestação de que a imprevisibilidade da data de aquisição numa ata de registro de preços (de 1 ano e renovação) majora os valores das aeronaves (possibilidade de variação cambial, aumento na fábrica, mudança da linha de produção...). O que poderia ser feito para minimizar essas variáveis e manter os preços próximos do valor real de mercado no momento da compra?

1.6. Qual seria o modo mais econômico de contratação atualmente, quais os motivos que tornam esse meio mais vantajoso?

1.7. O registro de preço em dólar, com conversão pela contação PTAX do dia pagamento, resulta em redução do pré-orçamento ou não altera a contratação? Em caso de redução qual seria o percentual?

1.8. Qual o meio mais utilizado pelas forças de segurança e empresas privadas para dispor de aeronaves no Brasil e em outros países (compra, aluguel, leasing, ...), relatando experiências relevantes e apontando vantagens e desvantagens em termos de economicidade e eficiência.

1.9. Informar qual a modalidade habitual utilizada pelos órgãos de segurança pública no país em relação à disposição das aeronaves, considerando o emprego diferenciado das aeronaves nas operações policiais e a legislação específica aplicável.

1.10. Na aquisição da nova aeronave Caravan foi utilizado um novo modelo de pagamento, o qual consiste no "contrato Garantia", firmado com o Banco do Brasil, o qual garante a manutenção do valor em dólar na entrega da aeronave ou de acordo cronograma de pagamento definido, com a cobrança de uma taxa única a cargo do licitante no valor de 2% do total garantido. Essa modalidade é adequada ao pagamento e qual seria a forma melhor para recebimento dos valores (total no final do contrato, ou parcelado em quais percentuais)? lembrando que valores adiantados necessitam de seguro garantia?

1.11. Tendo em vista a reforma tributária passar a vigorar plenamente em 2033 ([Lei complementar 224/2026](#)), quais seriam os possíveis impactos na importação de uma aeronave, considerando o prazo necessário para sua produção e pagamento final até esse marco estabelecido na legislação? Seria possível a aquisição da aeronave pela filial estrangeira do participante de forma a propiciar a isenção tributária de importação em nome direto da Polícia Federal?

1.12. Especificar se as exigências técnicas previstas no Termo de Referência impactam significativamente o preço ou prazo de entrega; apresentar alternativas para minimizar custos ou indicar aeronaves com especificações diferentes das constantes no TR/Estudos Técnicos Preliminares que atendam às necessidades e sejam mais vantajosas economicamente.

1.13. Esclarecer se há algum outro requisito técnico, ou assunto não abordado, que gere insegurança ou seja incompatível com o mercado, com base no Termo de Referência ou Estudo técnico preliminar, que não foi abordado no objeto dessa audiência pública.

1.14. A finalidade é estabelecer amplo diálogo com qualquer cidadão interessado, bem como com as pessoas jurídicas do ramo, por meio de seus representantes legais, com o objetivo de trocar informações e sugestões, visando à busca da amplitude de competição e o atendimento das necessidades finalísticas da contratação;

1.15. Dar maior publicidade aos requisitos que serão exigidos;

1.16. Buscar ampliar a competitividade no futuro certame licitatório;

1.17. Pretende-se, dessa forma, esclarecer itens como:

1.17.1. Requisitos de habilitações e experiência prática das empresas para a prestação dos serviços;

1.17.2. Discussão sobre o modelo de contratação

1.17.3. Estimativas dos valores e quantidades a serem contratadas;

1.17.4. Demais assuntos que venham a ser identificados como passíveis de esclarecimento durante a realização da Audiência Pública.

1.18. As sugestões serão avaliadas em reuniões internas posteriores, pela equipe técnica da Polícia Federal, podendo ou não ser incorporadas ao Termo de Referência, conforme análise de conveniência e oportunidade.

2. **DA RETIRADA DO EDITAL DE AVISO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA**

2.1. O Edital poderá ser retirado, gratuitamente, no sítio <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/licitacoes/2026/diretoria-de-administracao-e-logistica-policial-dlog/audiencias-publicas>, ou solicitado por meio do e-mail: secom.cgad.dlog@pf.gov.br.

3. **DA CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO**

3.1. Qualquer interessado, pessoa física ou jurídica, poderá participar da presente Audiência Pública, desde que apresente os documentos que o identifiquem e que comprovem a legitimidade para se manifestar em nome do participante, quando pessoa jurídica ou terceiro.

3.2. O documento de identificação que comprove a legitimidade para se manifestar como representante de pessoa física, jurídica ou terceiro deverá ser encaminhado para o e-mail secom.cgad.dlog@pf.gov.br, até 02 (dois) dias antes da data de realização da Audiência Pública.

4. **DA FORMA DE PARTICIPAÇÃO**

4.1. Inicialmente, será realizada consulta pública, no âmbito da qual as empresas deverão encaminhar, até o **dia 20/05/2026**, por escrito, para o e-mail secom.cgad.dlog@pf.gov.br, as respostas aos questionamentos constantes deste edital. Poderão, ainda, apresentar outras sugestões que considerem pertinentes às contratações em questão.

4.2. As empresas interessadas em tomar conhecimento das respostas recebidas deverão manifestar seu interesse pelo mesmo e-mail, solicitando o envio de cópia.

4.3. Após o término do prazo de recebimento das manifestações por escrito, será realizada, **no dia 02/06/2025 às 10h**, sessão virtual da audiência pública.

4.4. Todos os documentos apresentados por escrito pelos licitantes deverão estar redigidos em língua portuguesa.

4.5. Caso sejam apresentados documentos em anexo em idioma estrangeiro, estes deverão, preferencialmente, estar acompanhados de versão em língua portuguesa, a fim de possibilitar sua adequada análise e compreensão.

4.6. Os interessados em participar da Audiência Pública deverão manifestar o interesse através do e-mail secom.cgad.dlog@pf.gov.br, até 02 (dois) dias antes da data de realização da Audiência Pública, para que seja disponibilizado o link de acesso à plataforma Microsoft Teams;

4.7. **A Audiência Pública será realizada de forma online:**

4.7.1. **Participação Online por meio da plataforma Microsoft Teams**, com acesso através do link a ser disponibilizado oportunamente, via e-mail para aqueles que manifestarem interesse em participar.

5. **DA AUDIÊNCIA PÚBLICA**

5.1. Entrega de documentos: **até 20/05/2026**.

5.2. Abertura da sessão virtual da audiência pública: **02/06/2026**

5.3. **Horário: A partir das 10h00 (dez horas) - horário de Brasília/DF;**

5.4. **Participação online via plataforma Microsoft Teams;**

5.5. A sessão pública virtual será conduzida exclusivamente em língua portuguesa, sendo este o idioma oficial para todas as comunicações, manifestações orais, registros em ata e demais atos praticados no âmbito da sessão.

5.6. Os trabalhos serão realizados da seguinte forma:

5.6.1. O início da audiência pública será às 10 horas (dez horas) - Horário de Brasília/DF;

5.7. Será seguido procedimento conforme as etapas:

5.7.1. Identificação dos integrantes responsáveis pela condução da audiência pública;

5.7.2. Identificação dos participantes interessados;

5.7.3. Apresentação da demanda da Polícia Federal;

5.7.4. Apresentação de questões e apontamentos por parte dos participantes interessados;

5.7.4.1. Manifestação: de forma oral ou por meio da leitura de questionamentos dos participantes virtuais;

5.7.5. O prazo de fala será concedido em razão do número de interessados em se manifestar;

5.7.6. Será concedido direito de manifestação a apenas um representante de cada empresa;

5.7.7. O prazo para apresentação de suas recomendações ou manifestação oral/virtual será concedido em razão do número de interessados;

5.7.8. Debates e questionamentos;

5.7.8.1. Os questionamentos e os debates deverão se referir aos temas pertinentes à audiência e devem transcorrer com urbanidade e respeito, cabendo moderação ao condutor da audiência pública;

5.7.9. Durante a fase de debates, a Polícia Federal, por meio de seus representantes, poderá se manifestar verbalmente, de maneira identificada, caso julgue pertinente, visando enriquecer o tema em pauta; e

5.7.10. Encerramento.

5.8. Poderão ser estabelecidos intervalos ao longo da audiência;

5.9. Os trabalhos serão encerrados até as 17 horas (dezesete horas), com possível prorrogação em caso de extraordinária necessidade.

- 5.10. Todos os presentes à sessão serão identificados, Pessoas Físicas e Pessoas Jurídicas, por meio de seus representantes;
- 5.11. A troca de informações poderá ocorrer durante toda a audiência pública, sem prejuízo de formalização de quaisquer questionamentos e pedidos de esclarecimentos adicionais julgados cabíveis pelos partícipes, desde que pertinentes à matéria.
- 5.12. Todos, indistintamente, serão devidamente respondidos pelos técnicos responsáveis;
- 5.13. Serão estabelecidos prazos, em comum acordo com os partícipes, para apresentação de contribuições julgadas escritas, a serem enviadas para o e-mail secom.cgad.dlog@pf.gov.br
- 5.14. Todas as contribuições e questionamentos deverão referir-se ao objeto da audiência pública, sendo vedadas aquelas relativas a outros assuntos.
- 5.15. A Polícia Federal reservar-se-á o direito de não emitir opinião durante a audiência a respeito das contribuições recebidas.
- 5.16. Finalizada a audiência pública, será elaborada pela equipe de planejamento da contratação a Ata da audiência pública e encaminhada por e-mail aos participantes.
- 5.17. Anexos I;
- 5.17.1. TR, ETP, e anexos referentes a:
- 5.17.1.1. Processo 08200.013629/2025-31 (CESSNA GRAND CARAVAN EX);
- 5.17.1.2. Processo 08200010753/2025-45 (HELICÓPTERO MONOTURBINA, NOVO DE FÁBRICA, MODELO H125 (AS350B3E);
- 5.17.1.3. Processo 08200.013630/2025-66 (KINGAIR 360 CER (B300C).

ANDRÉ LUIS LIMA CARMO

Delegado de Polícia Federal

Diretor de Administração e Logística - DLOG/PF

Ordenador de Despesas - UASG 200334



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ LUIS LIMA CARMO, Diretor(a)**, em 24/04/2026, às 17:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=145442101&crc=72C3B355.

Código verificador: **145442101** e Código CRC: **72C3B355**.